

# Povo Luta pela Integridade de sua Terra

Maria Elisa Ladeira e Juliana Noieto

Antropólogas do CTI

**DEPOIS DE UM LONGO E CONFLITUOSO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO, A TI KRIKATI FOI FINALMENTE HOMOLOGADA. NO ENTANTO, OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS AINDA PERMANECEM NA TERRA**

A Terra Indígena (TI) Krikati foi homologada em 27 de outubro de 2004 com 144.775 ha, após uma luta que durou 30 anos e um longo processo envolvendo vários grupos técnicos (GTs) de identificação (1976, 1978, 1979, 1980 e reestudo em 1988), um processo judicial movido pelos fazendeiros locais, várias tentativas de demarcação – que culminaram na autodemarcação, realizada em 1997 com o apoio de alguns funcionários da Funai, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e de outros povos Timbira – e uma tentativa, em 1999, de redução da área por parte do Ministério da Justiça. Mas, apesar de demarcada, a TI continua ocupada por não-índios.

Desde sua demarcação física em 1997, vários GTs foram constituídos pela Funai para realizar o levantamento fundiário dos ocupantes no interior da área indígena, concluído em aproximadamente 60% da terra, com um saldo total de 870 ocupações. Dessas ocupações, 817 já foram indenizadas com um custo de R\$12.880.000,00 – para uma área estimada em 90 mil ha. A maioria dos indenizados já se retirou da terra. Nos restantes 40% do território, entre o rio Arraias e a zona rural de Montes Altos, área vital para os Krikati, estima-se que existam em torno de 300 ocupações. A Funai colocou em seu cronograma de 2006 a retomada dos levantamentos e o pagamento das indenizações, que demandarão mais de R\$1.100.000,00.

## NOVAS ALDEIAS

Após a demarcação, os Krikati vêm tentando reocupar o território integralmente por meio do estabelecimento de novas aldeias. Em 1983, ainda estavam vivendo em três aldeias, mas, frente à

intensa pressão da Funai e dos políticos de Montes Altos sob a justificativa da garantia a uma assistência à saúde e à educação mais eficaz, os Krikati se juntaram todos na Aldeia São José, próxima a Montes Altos, o que facilitou a ocupação do território pelos fazendeiros locais. Atualmente, os Krikati, além da Aldeia São José (a mais numerosa, com cerca de 700 moradores), estão estabelecidos na Aldeia Raiz (cerca de 20 famílias), formada em 1999 logo após a retirada dos invasores no município de Lajeado, limite sudeste da área. O próximo passo será fundar uma aldeia na região do rio Arraias (depois da extrusão), e outra no Pindaré, sudoeste e norte da TI, respectivamente. Novas aldeias já estão sendo discutidas entre as lideranças a partir da desocupação integral do território.

Há ainda uma outra aldeia, Recanto dos Cocais, bem próxima à Aldeia São José, com cerca de sete famílias do povo Guajajara. Essa estratégia Guajajara, grupo Tupi, de ocupação de territórios Timbira (grupo lingüístico a que pertencem os Krikati) se repete também entre os Gavião-Pykobjê, na TI Governador. Nessa terra indígena, próxima à TI Krikati, existem três aldeias Gavião e três aldeias Guajajara. Os Guajajara enfrentam graves problemas fundiários e vêm pressionando os territórios Timbira. É importante ressaltar também que com a demarcação da TI Krikati, grande parte dos moradores não-índios que foram indenizados e se retiraram da terra, foi se reinstalar no entorno da TI Governador, já diminuta (41.644 ha), aumentando a pressão sobre ela e dificultando o pleito Gavião-Pykobjê em ter seu território ampliado.

## RECUPERAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Enquanto aguardam a total desintrusão de suas terras, os Krikati preocupam-se com a recuperação de seus recursos naturais, intensamente utilizados pelos invasores em todo o tempo de ocupação de seus territórios, e com a vigilância e controle de suas terras, pois a exploração da madeira, a caça e a pesca clan-

## O TORTUOSO ITINERÁRIO ATÉ A HOMOLOGAÇÃO

O povo indígena Krikati, ao longo de dezenas de anos, lutou pela demarcação de suas terras no Maranhão, enfrentando toda sorte de dificuldades. Inicialmente, questões administrativas na Funai impediam a demarcação, pois não havia consenso com relação aos limites da terra. Em seguida, sentenças judiciais foram determinadas para que a demarcação se realizasse de acordo com os interesses dos invasores e dos políticos locais, e sua revogação demorou muito a ocorrer.

Durante esse período, um povoado de nome Quiosque foi instalado dentro das terras Krikati e recebia incentivos do Governo Estadual para que ali permanecesse e se expandisse. Vários laudos antropológicos foram solicitados e realizados, mas foram contestados, principalmente por incluírem esse povoado no perímetro da TI, bem como fazendas de criação de gado. Houve ainda pressões de todas as ordens, inclusive das autoridades municipais das cidades de Montes Altos e Sítio Novo, que chegaram a impedir a circulação dos Krikati na área urbana daqueles municípios. A Funai tentou várias vezes realizar a demarcação física, recorreu à Polícia Federal, e até ao Exército, mas sempre era impedida de iniciar os trabalhos.

### OS KRIKATI VIRAM O JOGO

Após serem atacados por pistoleiros contratados pelos invasores, os Krikati tomaram uma medida extrema: derrubaram duas torres de sustentação de linhas de transmissão de energia da Eletronorte que passam por suas terras e condicionaram a reinstalação à realização da demarcação.

destinas ainda são freqüentes e assuntos quase que diários nas reuniões no pátio da aldeia. Os rios Batalha e Paca, que servem de limite à TI, também são alvo de preocupação, assim expressa nas palavras de Ludogério Krikati: “*mas agora que cupen vai sair de dentro da nossa terra, o que adianta nós cuidarmos desse lado do rio se eles estragam do outro lado?*”. Além disso, os índios reclamam da atividade agropecuária exercida pelos fazendeiros nas cabeceiras de outros rios, como é o caso do rio Pindaré, onde essas atividades provocaram a diminuição da mata ciliar e interferiram nas condições ambientais adequadas para a preservação da sua nascente. Trata-se do recurso pesqueiro mais próximo da Aldeia São José.

Os Krikati têm procurado novas estratégias para fazer frente a esses desafios. Dos antigos modelos de criação extensiva de gado

Foi então realizado um acordo entre a Funai, Eletronorte e Comunidade Krikati para a realização da auto-demarcação, mudando a forma tradicional do trabalho, de modo a dividir a área em módulos, contando para isso com a participação da própria comunidade e de outros povos indígenas que apoiaram os Krikati. A despeito de resistências de invasores, a demarcação, que era tida como impossível, foi então feita num prazo recorde de três meses, seguindo os limites previstos no laudo antropológico.

O Governo do Estado do Maranhão não ajudou o processo de demarcação, como se propaga, mas tudo fez para que a demarcação não fosse concluída, inclusive enviando policiais para ameaçar quem estava realizando o trabalho. Representantes do governo estadual chegaram a propor a construção de casas para os índios em troca de sua renúncia às áreas de fazendas e ao povoado Quiosque.

Após a demarcação, as pressões continuaram, mas a homologação foi finalmente assinada pelo Presidente da República em outubro de 2004. Desde então, a Funai já indenizou cerca de 80% dos invasores, retirando-os da TI, incluindo a totalidade dos moradores do povoado Quiosque, cujas construções foram todas derrubadas. Espera-se que os últimos invasores sejam indenizados e retirados ainda em 2006 pela Funai. (Porfírio Carvalho, indigenista)

impostos pela Funai, buscam hoje a recuperação das condições ambientais necessárias para a manutenção de seu modo próprio de vida. Nessa linha, por exemplo, o Conselho Indígena *Pemp' Cahyc* Krikati está executando, com o apoio do Programa de Pequenos Projetos (PPP), um projeto de repovoamento do cerrado por meio da criação de emas. A Associação dos Índios Krikati da Aldeia Raiz, *Pohyh' pry*, iniciará, no ano de 2006, um projeto de criação de abelhas nativas e beneficiamento de frutos do cerrado, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também estão participando, em parceria com o CTI e apoio do MMA, de um projeto de recuperação de áreas degradadas e formação de agentes ambientais indígenas, que inclui ações de recuperação das nascentes mais importantes da TI, etnozonoamento, mutirões de plantio de frutíferas nativas, dentre outras atividades. (março, 2006)